



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
ESTUDOS E DADOS	8
Aumentaram os Cursos “A” e “ B ” : Consolidação da Pós-Graduação ou Afrouxamento da Avaliação?	
O futuro da Avaliação da CAPES	
DOCUMENTO	15
Metas da atual Gestão para a CAPES	
Abílio Baeta Neves	
OPINIÃO	19
O Pet e a formação de Lideranças Acadêmicas e Profissionais	
Flávio Dantas	
INFORMES CAPES	22
Nova Diretoria da CAPES	
Intercâmbio DAAD/BRASIL - FRANÇA	
Canal Saúde nas Tvs Educativas	
Novos Cursos de Mestrado e Doutorado	
MERCADO DE TRABALHO	26
OFERTA	
MERCADO DE TRABALHO	28
DEMANDA	
CAPES CORRESPONDE	29



APRESENTAÇÃO

PERFIL DOS CURSOS A, CURSOS NOVOS E OUTRAS NOVIDADES

Para não perder a periodicidade trimestral do INFOCAPES, que se tem constituído num importante canal de comunicação desta Agência com a comunidade científico-acadêmica nacional, englobamos num só fascículo os números 1 e 2 do volume 3 do INFOCAPES.

Na seção *ESTUDOS E DADOS*, Fernando Spagnolo levanta algumas questões relativas ao Programa de Acompanhamento e Avaliação da CAPES, em particular, sobre o aumento dos cursos **A** e **B** e como esse fenômeno deve ser interpretado. Analisa também o papel da avaliação da CAPES, seu impacto sobre o desenvolvimento da pós-graduação e os sinais de esgotamento que o modelo vem apresentando. Apesar dos inegáveis benefícios que essa avaliação trouxe ao longo de duas décadas, o autor sugere que a agência pense num novo modelo de avaliação mais adequado às necessidades atuais.

Na seção *DOCUMENTOS* são apresentadas as “Metas da Atual Gestão para a CAPES”. O novo presidente da CAPES, Abílio Afonso Baeta Neves, ao mesmo tempo em que reconhece os resultados já alcançados pela pós-graduação brasileira, assinala a persistência de determinados problemas e/ou questões que devem ser enfrentados. Nesse sentido, é destacada a manutenção da existência de desequilíbrios regionais na distribuição dos cursos de pós-graduação. Por isso, uma das prioridades é retomar, de forma sistemática, os programas regionais, tais como o “Projeto Norte” e o “Projeto Nordeste”.

O sistema de avaliação, um dos pilares do êxito da pós-graduação nacional, constitui também uma das preocupações da atual gestão. O documento sinaliza a disposição de aperfeiçoá-lo, introduzindo elementos novos que assegurem maior adequação às necessidades atuais, maior eficácia e qualidade dos resultados.

Outra prioridade da atual gestão é a flexibilização do modelo de pós-graduação. Ao lado da busca da consolidação da pós-graduação com perfil mais acadêmico, procurar-se-á incentivar, em determinadas áreas, a implantação de programas de Mestrado dirigidos à formação de profissionais.

A intensificação e a diversificação da cooperação internacional constituem também uma outra meta, objetivando qualificar as universidades brasileiras bem como desenvolver recursos humanos de elevado padrão acadêmico.

A avaliação de programas tradicionais conduzidos pela CAPES, como por exemplo os programas de bolsas no país e no exterior, serão objeto de particular atenção. Nesse sentido, serão desenvolvidos estudos e pesquisas que forneçam subsídios para a formulação de macropolíticas para a pós-graduação brasileira.

Ao lado do apoio a programas já consolidados, serão lançados novos programas, tais como o “Programa de Apoio à Integração Graduação e Pós-graduação” (PROIN) e o “Programa de Formação de Recursos Humanos e Apoio à Reforma do Estado”.

Para enfrentar os vários desafios que se colocam com vistas ao aprimoramento da pós-graduação brasileira, a atual gestão entende que é necessário compatibilizar uma maior interação e cooperação com outras agências de fomento, tais como CNPq e FINEP, bem como com as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa.

Na seção *OPINIÃO*, o professor Flávio Dantas apresenta um sugestivo artigo sobre o impacto do PET na formação de lideranças acadêmicas e profissionais. O autor levanta a questão ao indagar até que ponto os ex-bolsistas do PET, engajados nos cursos de pós-graduação ou atuando como docentes em IES, se diferenciam como lideranças positivas nos diferentes espaços acadêmicos.

Na seção *INFORMES CAPES* destacam-se as notícias que apresentam a composição da nova Diretoria da CAPES bem como a do seu novo Conselho Superior.

ESTUDOS E DADOS

AUMENTAM OS CURSOS “A” e “B” : CONSOLIDAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO OU AFROUXAMENTO DA AVALIAÇÃO? O Futuro da Avaliação da CAPES

Fernando Spagnolo *

É consenso no meio acadêmico que a pós-graduação *stricto sensu* consegue manter padrões de qualidade razoáveis, fugindo das mazelas que afligem os demais níveis de ensino. Isso não impede que apareçam esporadicamente investidas sensacionalistas, inclusive na grande imprensa, defendendo a tese de que as pragas da má qualidade e do desperdício de recursos já encontraram guarida na pós-graduação. Se o objetivo de tais matérias é criar impacto, deve-se reconhecer que em geral atingem seus objetivos, pois inevitavelmente geram comentários polêmicos que conseguem confundir os leitores menos avisados, mesmo no meio acadêmico.

Essas posições provocadoras buscam ganhar contundência se escorando em casuísmos e, não raramente, em dados trôpegos. O enfoque sensacionalista e a análise açodada e superficial - quando não equivocada ou de má-fé - acabam logo decepcionando quem busca informações mais sólidas. O saldo positivo é um desejo legítimo e saudável de aprofundar o assunto.

Mesmo aceitando-se que a pós-graduação não está isenta de falhas, acreditamos que ela consegue se destacar no horizonte do ensino brasileiro justamen-

te por zelar pela qualidade e não apenas por situar-se no topo do sistema educacional.

1. SUA EXCELÊNCIA A PÓS-GRADUAÇÃO!

Nosso sistema de educação exhibe o fenômeno singular de abrigar uma pós-graduação razoavelmente bem-sucedida ao lado de um ensino básico notoriamente débil, de um ensino médio precário e de um ensino superior, por vários aspectos, problemático. Exceções honrosas existem, felizmente, em todos os níveis; mas, na pós-graduação a mediocridade parece ser a exceção.

São várias as razões que podem explicar por que os mestrados e os doutorados conseguem manter, em média, um bom nível de qualidade. A primeira é a seleção natural que ocorre ao longo da escalada educacional. As instituições de ensino superior oferecem pouco menos de meio milhão de vagas para os cerca de dez milhões de alunos que iniciam o 1º grau. Desses felizardos que conseguem ultrapassar as barreiras do 1º e 2º graus e do vestibular, apenas a metade conclui a graduação. E só uma parcela, que corresponde a 5% dos graduados, entra no mestrado. Cerca da metade consegue se titular. Não é de se estranhar, portanto, que tão seleta clientela exija - ou ao menos permita - que se realize na pós-graduação um trabalho de qualidade.

* *Chefe da Divisão de Estudos e Divulgação Científica da CAPES e professor da Universidade Católica de Brasília.*

O autor agradece a Marcelo G. Quirino, Magda Augusto, Christine Capdeville que ajudaram na organização dos dados, e Raimundo Tadeu Corrêa que fez uma atenta revisão do texto. As idéias aqui manifestadas são de exclusiva responsabilidade do autor, não representando, necessariamente, o ponto de vista da CAPES.

A segunda razão é que, além do alunado selecionado, os cursos de mestrado e doutorado possuem docentes e pesquisadores do mais alto nível de qualificação: 87% são doutores e os demais mestres. No ensino superior, em geral, apenas cerca de 15% dos docentes são doutores e 25% mestres.

Outra explicação é a de que é muito difícil produzir um ensino de qualidade gastando pouco, e o país está investindo na pós-graduação um montante razoável de dinheiro. Só a CAPES, em 1994, injetou cerca de 250 milhões de dólares nos mestrados e nos doutorados, em bolsas de estudo e fomento. Sem contar os recursos das próprias instituições, os provenientes de convênios, de prestação de serviços, de outras agências federais, estaduais e privadas.

Há, finalmente, um outro fator que acreditamos ser dos mais poderosos para garantir a qualidade: os mestrados e os doutorados são os únicos cursos submetidos a um processo sistemático de avaliação. Há vinte anos que a CAPES vem realizando, bi-anualmente, a avaliação dos cursos de mestrado e doutorado, que se encerra com um conjunto de recomendações e sugestões e com um “conceito” - de **A** a **E** - que indica o desempenho global dos cursos no período, onde **A** significa excelência acadêmica.

O reconhecimento que a avaliação da CAPES tem junto à comunidade acadêmica e o impacto dos conceitos em termos de prestígio para a instituição e de acesso a mais recursos fazem com que os resultados dessa avaliação sejam adotados, para todos os efeitos, como índices oficiais da qualidade dos cursos e, por conseqüência, do sistema de pós-graduação como um todo. Assim, um percentual mais elevado de cursos **A** numa determinada área seria expressão do grau de consolidação ou de maturidade científica alcançada. O aumento do percentual de **A**, no global, indicaria que a qualidade da pós-graduação como um todo está melhorando.

Essa é a leitura tradicional dos conceitos que serviu de suporte à maioria das análises sobre a evolução e a qualidade da pós-graduação brasileira.¹

Por outro lado, o constante aumento dos **A** e **B** é um fato que não deixa de incomodar. Primeiramente porque se todos os cursos vierem a atingir os níveis mais altos, projeta-se um cenário onde a utilidade prática da avaliação seria reduzida a zero. Mais do que isso, surge a intrigante questão de explicar a coexistência de tantos conceitos elevados com tantos reclamos por mais verbas para a pesquisa, por parte dos cursos, e por uma maior e melhor produção científica, por parte das agências. Enquanto o Brasil é considerado a décima potência econômica, em termos de produção científica ele ocupa a mais modesta 23ª posição (Gibbs, 1995), o que significa cerca de meio por cento da produção mundial. Afinal, não existiria nenhuma correlação entre escassez de recursos e qualidade dos programas? E qual seria, então, o real significado desses conceitos?

Seguindo com a lógica do raciocínio, se conceitos elevados não resultam de melhor qualidade, poderiam resultar da utilização de critérios de julgamento mais brandos. Ou seja, a credibilidade da avaliação é debilitada.

Nas seções seguintes, tentaremos esclarecer essa questão, analisando o que de fato está ocorrendo em termos de aumento de conceitos **A** e **B**, e quais as possíveis explicações. Em seguida, teceremos algumas considerações sobre o futuro da avaliação da CAPES.

2. POR QUE TANTOS CURSOS A E B ?

Os dados relativos aos últimos 15 anos mostram claramente que houve um aumento significativo no percentual de cursos **A**, tanto no nível de mestrado como no de doutorado. Na avaliação efetuada em 1980, 29% dos mestrados e 36% dos doutorados receberam o conceito mais alto. Na última avalia-

¹ Durham e Gusso (1991), por exemplo, considerando o aumento do número de cursos **A** e **B** ocorrido na década de 1980, ponderam que “a avaliação dos cursos de pós-graduação revela ter havido, nestes últimos anos, uma evidente consolidação da base inicial e sensível melhoria de sua qualidade” (p.3).

ção, realizada em 1994, os percentuais de cursos **A** passaram para 41% no mestrado e 53% no doutorado.

A Tabela 1, que apresenta a distribuição percentual dos conceitos ao longo do período considerado, mostra que o aumento dos cursos **A** foi mais ex-

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS CONCEITOS ATRIBUÍDOS AOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO PELA AVALIAÇÃO DA CAPES - 1980-1994

NÍVEL CONCEITOS ANO	MESTRADO				DOUTORADO			
	A	B	C	D+E	A	B	C	D+E
1980	29.3	34.8	22.1	13.8	36.5	35.5	15.1	12.9
1982	31.4	25.4	24.7	18.4	36.4	31.0	19.4	13.2
1984	36.9	33.9	18.3	10.9	43.3	33.8	12.9	9.9
1986	40.6	33.7	16.6	9.1	48.8	35.1	8.4	7.7
1988	43.5	34.2	18.0	4.3	45.8	42.0	9.4	2.8
1990	42.5	36.1	16.1	5.3	52.4	36.6	8.4	2.6
1992	42.3	36.3	16.8	4.7	55.9	31.3	10.5	2.3
1994	41.4	39.2	15.6	3.8	52.8	36.5	8.6	2.1

Uma análise da evolução da pós-graduação baseada apenas nesses números, sem levar em conta o papel e os objetivos da avaliação da CAPES, pode facilmente conduzir a conclusões equivocadas. Se fosse possível cotejarmos os dados da série histórica da Tabela 1 com a intensidade da onda de protestos dos cientistas, ao longo do período, contra “o sucateamento da pesquisa nas universidades”, deveríamos concluir que há algo de errado nessa história. No mínimo, para não levantar suspeitas de falhas mais sérias, deveríamos cogitar que a CAPES em sua avaliação olha com excessiva benevolência para a boa vontade e o esforço dos cursos, mais do que propriamente para a sua qualidade, e ao tanto que conseguem realizar com tão poucos recursos.

Mas digamos que esse aumento de conceitos **A** seja acompanhado de um aumento correspondente dos indicadores utilizados para medir o desempenho dos

pressivo no doutorado (16 pontos percentuais) do que no mestrado (12 pontos). O percentual de cursos **B** ficou mais estável, sobretudo no doutorado. Os dados sugerem também que na última avaliação houve um maior rigor na atribuição de conceitos **A**, o que resultou num aumento de **B**.

cursos. Nesse caso, ou a desconfiança recairia sobre a questão da falta de recursos, ou deve-se admitir que houve ganhos reais na pós-graduação em termos de produtividade e qualidade. O banco de dados “Memória da Pós-graduação” da CAPES apresenta interessantes sinalizações nessa última direção. Os dados mostram, por exemplo, que houve uma sensível melhoria no nível de qualificação docente (percentual de docentes permanentes *doutores*) - que é um dos indicadores da qualidade das atividades acadêmicas desenvolvidas: em 1980 era de 50%, em 1987 passou para 73%, e em 1994 para 87%.

Além disso, em 1981 os cursos de mestrado e de doutorado produziram pouco menos de cinco mil artigos nacionais e cerca de 2.300 internacionais - em média, 4,7 e 2,2 por curso. Em 1994, foram publicados cerca de 17 mil artigos nacionais e 8.400 internacionais (média de 9,3 e 4,6). Enquanto o ní-

mero de cursos não chegou a duplicar no período, passando de 1.030 a 1.808, a produção científica quase quadruplicou. Ou seja, a pós-graduação tornou-se mais produtiva. E não se trata só de quantidade. A produção científica brasileira de visibilidade internacional, publicada nas melhores revistas do mundo indexadas pelo Institute for Scientific Information (ISI) de Philadelphia - excluídas aqui as Ciências Humanas e Sociais - era de 1.060 artigos em 1978, passou para 2.951 em 1986, e para 4.047 artigos em 1993.

Também ficou mais fortalecida a capacidade do sistema de produzir mestres e doutores. Os cursos que formavam por ano, em média, 4,9 mestres e 1,4 doutor em 1981, elevaram sua produtividade para 7,2 e 3,3, respectivamente, no ano passado. Em suma, há evidências de que houve uma real melhoria no sistema de pós-graduação, e os conceitos da CAPES nada mais fazem de que captar essa realidade.

3. O PAPEL DA AVALIAÇÃO DA CAPES

As informações acima parecem deixar suficientemente claro que a avaliação da CAPES vem cumprindo o seu papel de premiar os cursos bons para que mantenham o nível de excelência, apoiar os cursos que precisam sanar deficiências e melhorar seu desempenho e desencorajar os cursos que não conseguem apresentar as condições mínimas de trabalho exigidas na pós-graduação.

A CAPES não costuma aferir o mérito de sua avaliação pelo formato da distribuição de frequências dos conceitos atribuídos. Há quem acredite que a boa avaliação é aquela que discrimina os avaliados de uma forma próxima à da curva normal, e fica desconfiado quando os escores obtidos - em nosso caso, os conceitos - se concentram em poucas categorias. Segundo esses teóricos, uma avaliação que produza resultados que se distribuam de uma forma acentuadamente assimétrica seria considerada problemática por apresentar baixo poder de discriminação. O fato é que a CAPES nunca se preocupou com a curva de Gauss e sim com o fortalecimento dos cursos.

Também o sistema de avaliação e acompanhamento que a agência implantou não parte do pressuposto -

que pode ser válido no campo da arte ou do esporte - que “só é bom quem já nasce bom”. Pelo contrário, parte do entendimento de que os cursos podem e devem desenvolver seu potencial. Obviamente, é mais fácil para os cursos que já nascem **A** permanecerem **A**. Mas há grupos que se fortalecem, programas que se consolidam e conseguem transformar seu conceito **C** ou até **D** em conceito **A**. É este, afinal, o objetivo último para o qual concorrem os vários programas da CAPES, como o Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica, o de apoio à infra-estrutura, os programas regionais, o de apoio aos cursos em reestruturação, além, obviamente, o de acompanhamento e avaliação.

A elevação do padrão de qualidade dos cursos detectada pela avaliação não é, portanto, razão para suspeitar que a CAPES afrouxou seus critérios, mas é o resultado esperado de uma ação planejada e contínua de monitoramento e apoio.

Esse sistema de avaliação que estimula a competição por prestígio e por recursos é o que garante a manutenção da qualidade. Não apenas os bons são premiados, os ruins - e os que não demonstram capacidade de reverter a situação em que se encontram - são desenganados. A CAPES zela pela pós-graduação *stricto sensu* atuando como *gate-keeper* por intermédio do Grupo Técnico Consultivo, que barra os cursos novos ainda desprovidos das credenciais acadêmicas necessárias para esse nível de ensino; e ainda compele a abandonar o sistema - ou a se reestruturarem - os cursos com o pior conceito. Esse papel também está sendo desempenhado com sucesso. Cerca de um terço dos cursos que há dez anos tinha conceito **D** ou **E**, foi extinto. E na última avaliação, realizada em 1994, apenas 12 dos cerca de 1.400 cursos conceituados receberam conceito “E”.

Portanto, o aumento de cursos **A** e **B** existe basicamente em função dos acertos do trabalho realizado pela CAPES em estreita parceria com grupos selecionados de pares da comunidade acadêmica.

4. CONCEITO A: PADRÃO DE EXCELÊNCIA INTERNACIONAL?

Admitido que a proporção de conceitos **A** cresceu porque muitos cursos de pós-graduação estão melhor hoje do que estavam 15 anos atrás, resta saber o que significa, mais precisamente, “conceito **A**”.

Parte da preocupação - ou do escândalo - com a inflação de cursos A deve-se à interpretação de alguns de que esse conceito indicaria *excelência acadêmica de padrão internacional*, comparável aos melhores cursos que existem no exterior. Nesse caso, tendo mais da metade dos doutorados nesse nível, o Brasil deveria orgulhar-se de possuir um dos melhores sistemas de pós-graduação do mundo. Melhor, por exemplo, que o da Grã-Bretanha, o terceiro país para onde enviamos maior número de bolsistas para fazer doutorado, e o terceiro também

dos países que mais contribuem para a produção científica mundial, de acordo com o *Science Citation Index* do ISI (Gibbs, 1995).

Agrupando de acordo com a nossa classificação de grande áreas, os resultados da última avaliação do desempenho dos departamentos em pesquisa, feita pelo Higher Education Funding Council daquele país em 1992, temos a situação apresentada na Tabela 2.

TABELA 2 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS DEPARTAMENTOS DAS UNIVERSIDADES BRITÂNICAS, EM ALGUMAS ÁREAS DE CONHECIMENTO, DE ACORDO COM A AVALIAÇÃO DO HEFC - 1992

ÁREA	CONCEITOS / RATINGS	A 5	B 4	C 3	D 2	E 1
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS		14,5	22,6	30,7	20,4	11,8
CIÊNCIAS EXATAS		13,2	22,6	28,1	22,6	13,5
ENGENHARIAS		15,6	21,0	25,6	19,5	18,3
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS		10,2	12,9	26,9	27,3	22,7

Como podemos observar, os cursos A - correspondentes aos que ganharam cinco pontos na categorização lá adotada - representam, nas várias áreas, entre 10 e 15% do total.

Como dificilmente alguém poderia acreditar que a nossa pós-graduação, como um todo, é melhor do que a da Grã-Bretanha, essa comparação mais uma vez levaria a levantar a hipótese que os nossos avaliadores não são tão "sérios" como os avaliadores ingleses. Não se trata disso.

Errado é comparar os resultados de duas avaliações pensadas para finalidades distintas, apesar de serem voltadas para o mesmo objeto - os programas de pós-graduação. A avaliação da CAPES e os conceitos por ela adotados não foram pensados para comparações internacionais. Um nosso doutorado A pode ser ou não ser equivalente aos bons doutorados no exterior. Fazer tais comparações, além de não ser uma tarefa trivial, não faz parte das preocupações atuais das nossas comissões de avaliação.

O Higher Education Funding Council, por outro lado, adotou explicitamente o critério de "excelência internacional" para a composição de seus *ratings*. Assim, os departamentos enquadrados na categoria "5" deverão demonstrar

"Qualidade de pesquisa comparável a níveis de excelência internacional em algumas subáreas de atividade e a níveis de excelência nacional em praticamente todas as outras".

(University Funding Council, p.14)

Para os demais conceitos, vai progressivamente diminuindo a exigência de excelência internacional. Na categoria "4" deverão ser contemplados os departamentos que demonstrem

"qualidade de pesquisa comparável a níveis de excelência nacional em praticamente todas as subáreas de atividade, possivelmente mostrando alguma evidência de excelência internacional, ou comparável a níveis internacionais em algumas subáreas e pelo menos em nível nacional na maioria".

(Ibidem, p.14)

Essas definições valem indistintamente para todas as áreas de conhecimento.

A concepção da CAPES sobre o curso **A** é mais abrangente e mais descritiva e está sintetizada em documento que resultou de um ciclo de debates envolvendo os membros do Conselho Técnico Científico e outros consultores da CAPES.¹ Aqui, parte-se do princípio de que não há comparabilidade entre as várias áreas. Em realidade, ao traçar o perfil do curso **A** a CAPES, ao mesmo tempo que fornece critérios de avaliação para as comissões, desempenha uma função pedagógica, mostrando quais as características desejáveis de um curso em termos de corpo docente, atividades de ensino, pesquisa, orientação, infra-estrutura e os demais aspectos relacionados à atividade de pós-graduação.

5. O FUTURO DA AVALIAÇÃO DA CAPES

A avaliação da CAPES prestou indubitáveis serviços à pós-graduação, mas isso não é razão para pensar que os desafios surgidos com as mudanças ocorridas ao longo desses últimos vinte anos não a atinjam. Há questões que, apesar de perfeitamente explicáveis e justificáveis, continuam a incomodar e esperam por um equacionamento melhor.

É bom, hoje, que continue aumentando o percentual de cursos **A** e **B** ? Sem dúvida, é bom que aumente a qualidade dos cursos, mas não que aumentem os conceitos **A** e **B**. Isso viria a trazer crescentes problemas para a avaliação. Em primeiro lugar, o “efeito teto” causaria uma redução crescente das possibilidades de comparação não apenas inter-cursos, mas também intracurso. Assim mesmo, é provável que os vários cursos de uma determinada área, com o mesmo conceito, continuem apresentando sensíveis diferenças de qualidade. Na realidade os cinco conceitos atuais acabariam se reduzindo a apenas duas faixas mais alargadas - e isso já vem ocorrendo no doutorado onde 90% dos cursos são **A** ou **B** -

¹ Ver, O Perfil dos Cursos **A**. Critérios a serem adotados pelas Comissões de Consultores da CAPES na avaliação dos cursos de mestrado e doutorado. *INFOCAPES* Vol.2 N.3 julho/ setembro 1994 pp.13-19.

que abrigariam cursos com certas características comuns mas ainda com nível de qualidade diferenciado.

O expediente de acrescentar aos conceitos os sinais positivos e negativos, que indicariam a tendência de performance que o curso vem manifestando, é um expediente que acaba sendo usado, em realidade, como diferenciação mais fina entre os cursos, e indica que esse problema é real. Na última avaliação da CAPES, relativa ao período 1992-93, 40% dos conceitos atribuídos eram acompanhados de sinal positivo ou negativo. Mas tal recurso, por permanecer ambíguo, constitui-se numa saída insatisfatória.

Ao mesmo tempo em que se tenta diferenciar as faixas via “sinais”, as categorias **D** e **E** são subutilizadas. Observamos na Tabela 1 que, somadas, essas duas faixas abrigam apenas 4% dos mestrados e 2% dos doutorados. A solução mais lógica seria de reescalonar os cursos utilizando toda a amplitude do espectro permitida pelos conceitos atualmente em uso.

Se o conceito **A**, por exemplo, fosse reservado para cursos considerados “bons” em qualquer boa universidade do mundo, provavelmente grande parte dos atuais **A** seriam deslocados para **B** e assim sucessivamente, até preencher a última categoria. O uso de consultores e avaliadores internacionais para introduzir esse novo parâmetro de comparação é um mecanismo que está sendo utilizado em outros países e, em alguns casos, também no Brasil.

Num momento em que se multiplicam os acordos internacionais para intercâmbio de estudantes e pesquisadores e reconhecimento de títulos, é mais do que oportuno dispor de alguma forma de comparabilidade da qualidade acadêmica. Hoje é impossível estabelecer uma “cotação” internacional para um curso **A**. Para que seja introduzida a idéia de comparabilidade internacional teríamos que rever os critérios existentes e buscar mecanismos apropriados atualmente não utilizados pela CAPES.

Existe também uma pressão, por parte da comunidade acadêmica, por uma avaliação mais qualitativa

va. No atual modelo, este é um aspecto ainda muito acanhado. É desejável que uma avaliação qualitativa incorpore formas de auto-avaliação. A voz do curso - que é o protagonista principal nesse processo - chega praticamente imperceptível aos ouvidos das comissões de avaliação.

A avaliação da CAPES, por ser uma avaliação essencialmente *externa*, sofre de certas limitações sob esse aspecto. Podemos dizer que o modelo atual, ao longo das duas décadas de sua vigência, apresenta um saldo positivo, mas está esgotando suas possibilidades. O grande desafio da CAPES hoje é de reformular a filosofia de sua avaliação e redesenhar a sua engenharia. Ou seja, devemos pensar na segunda geração da avaliação da CAPES. Esta nova avaliação é menos da agência CAPES e mais voltada para fora, em duas direções opostas: de um lado, para a comunidade internacional e, do outro, para o próprio curso. Esses dois aspectos ganhariam uma ênfase maior e teriam maior influência na definição de procedimentos e dos resultados.

Não se trata de desativar o modelo vigente e de trabalhar na avaliação de segunda geração. É necessário se moldar a esses novos traços, introduzir os elementos novos, desenvolver os que estão incipientes, renovar, acertar o caminho andando, como aliás sempre foi feito - só que dessa vez as mudanças deverão ser mais profundas.

Para poder continuar a exercer seu papel de incentivo e apoio à pós-graduação brasileira, a CAPES deveria apontar novas perspectivas e oferecer novos estímulos e não apenas repetir um modelo que acusa sinais de cansaço. Isso poderá ser feito pela avaliação de segunda geração, que apresenta as seguintes características:

1 - A avaliação adota como critérios de qualidade padrões internacionais. Os cursos serão distribuídos em cinco faixas, onde a faixa **A** agrupa os cursos "de qualidade comparável à dos bons cursos oferecidos nas boas universidades no exterior". No outro extremo está a faixa **E**, onde se encontram os cursos "sem expressão nacional e com pouca ou re-

nhuma expressão regional". Os sinais positivos e negativos não serão mais acoplados à letra que indica a faixa em que o curso se situa. Serão transformados em comentários e integrarão os demais comentários constantes da ficha de avaliação.

2 - A avaliação não versa exclusivamente, ou principalmente, sobre o desempenho acadêmico-científico dos programas, nem é feita apenas por pares acadêmicos. Sobretudo nas áreas tecnológicas, valoriza igualmente a pesquisa aplicada e seus produtos em geral, as atividades que resultam da integração com o setor produtivo. Nas demais áreas, é considerado o impacto que os resultados das atividades acadêmicas têm na sociedade, seja em nível local e regional, como nacional e internacional. Esta superação do horizonte da academia para horizontes mais amplos implica não limitar as comissões de avaliação aos "pares" tradicionais, mas abri-las a representantes do setor produtivo e de associações profissionais.

3 - A avaliação não considera apenas a pós-graduação como setor estanque da universidade, mas a contempla no contexto maior onde ela atua. Preocupa-se, assim, com o quanto as atividades desenvolvidas pelos programas de pós-graduação beneficiam a universidade como um todo, em particular o ensino e a pesquisa na graduação.

4 - A avaliação é cada vez menos da CAPES e mais da instituição e dos próprios programas. A auto-avaliação vai ser parte integrante do processo e terá um papel tão importante quanto o da avaliação externa.

5 - A avaliação propriamente dita e a atribuição de faixas ou categorias que dela resultam serão completamente desvinculadas do exercício de concessão de bolsas. Portanto, a faixa em que o curso é colocado, *per se*, não está automaticamente vinculada a determinadas cotas de bolsas. A princípio, todos os cursos A, B e C - cujos diplomas têm validade nacional - poderão ter acesso a bolsas. Se isso vai ocorrer e em que medida dependerá de um conjunto de critérios, fatores e circunstâncias tais como: prioridade da área, visibilidade internacional ou nacional do programa, participação em projetos regio-

nais ou especiais, total de alunos matriculados e total de titulados.

A avaliação de segunda geração, já tendo alcançado a maioria e mostrado o seu potencial, não pode mais permanecer exclusivamente sob a tutela

da CAPES e dos pares da academia. É uma avaliação que é também do curso, da instituição e da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DURHAM, Eunice e GUSSO A. Divonzir. *A Evolução da Pós-Graduação no Brasil: Problemas e Perspectivas*. Seminário Internacional sobre Tendências da Pós-Graduação, Brasília, MEC/CAPES, 10 e 11 de julho de 1991.
- GIBBS, Wayt. Lost Science in the Third World. *Scientific American*, August: 76-83, 1995.
- MEC/CAPES. O Perfil dos Cursos A. *INFOCAPES* Vol.2 N.3: 13-19, 1994.
- MEC/CAPES. *A Avaliação da Pós-Graduação - 1994. Síntese dos Resultados*. Brasília, CAPES, 1995.
- UNIVERSITIES FUNDING COUNCIL. *Research Assessment Exercise 1992*. Bristol, UFC, 1992.

DOCUMENTO

CAPES: METAS DA ATUAL GESTÃO

O novo presidente, professor Abílio Baeta Neves, traça neste documento as linhas programáticas de sua gestão à frente da CAPES e expõe as metas que considera prioritárias para a agência.

A pós-graduação brasileira, como bem sabemos, constitui um fenômeno recente no sistema universitário nacional. A sua institucionalização ocorre a partir da década de 1970 e desde então ela tem desempenhado um papel central na formação de quadros acadêmicos e de profissionais de alto nível para o desenvolvimento do país. É no seu interior que se desenvolve o essencial da atividade de pesquisa científica e tecnológica realizada entre nós. De certa forma, em função dos resultados já alcançados, pode-se afirmar que a pós-graduação constitui a dimensão mais exitosa do conjunto do sistema de ensino existente no país.

No final da década de 1960, a pós-graduação contava com cerca de cem cursos, abrangendo uns dois mil estudantes. Atualmente, ela se desdobra em cerca de 1.100 programas, que cobrem todas as áreas do conhecimento, vários deles com excelente padrão acadêmico. Destes, aproximadamente 550 são de Doutorado e Mestrado, e 550 só de Mestrado. O sistema conta com cerca de sessenta mil

alunos e é responsável por quase dez mil titulações anuais. Os dados concernentes à última avaliação realizada pela CAPES, em 1994, evidenciam uma consolidação dos cursos existentes. No Mestrado, 40% dos cursos obtiveram o conceito "A", e 39% o conceito "B", ao passo que no Doutorado atingiu-se 52% para o conceito "A" e 36% para o conceito "B".

A persistente construção deste sistema tem sido uma obra conjunta da comunidade acadêmica, com a participação decisiva das agências nacionais de fomento. Apesar dos avanços alcançados, é necessário reconhecer que persistem problemas que devem ser enfrentados. A CAPES tem ocupado um papel destacado na formulação e na implementação de políticas para a pós-graduação, contribuindo para o seu processo de institucionalização no interior do sistema universitário brasileiro. Nesse sentido, ela tem de estar constantemente preocupada em detectar problemas e desafios existentes na dinâmica do funcionamento desse sistema, bem como desenvol-

ver ações com o objetivo de consolidá-lo e aprimorá-lo de forma contínua. Dessa forma, seria oportuno delinear, sucintamente, algumas metas a partir das quais a nova Diretoria da CAPES procurará pautar a sua ação.

1. Um dos desafios que se coloca atualmente para o sistema de pós-graduação diz respeito ao seu acentuado desequilíbrio regional. Como sabemos, os cursos de pós-graduação estão concentrados em determinadas regiões do país: a região Norte responde por 1,8% dos cursos, a região Centro-Oeste com 3,7%, a Nordeste com 11,2%, a Sul com 13,0% e a Sudeste com a expressiva cifra de 70,3%. Na medida em que a pós-graduação nacional tem contribuído para o aperfeiçoamento do corpo docente, para a institucionalização das atividades de pesquisa e para formar recursos humanos altamente qualificados, torna-se necessário corrigir esta distorção que impede o pleno aproveitamento, no plano nacional, de seus benefícios acadêmicos. Nesse sentido, os programas regionais de desenvolvimento da pós-graduação constituem uma das prioridades desta gestão.

O “Projeto Norte”, que sofreu algumas discontinuidades, está sendo reativado. Para tanto, foi formada uma Comissão de Consultores que terá a função de acompanhar, de forma contínua, os pedidos das Instituições desta região, bem como a execução dos projetos aprovados. Devido a sua relevância para o desenvolvimento da pós-graduação nessa região, este projeto contará com a parceria da FINEP e do CNPq.

Serão criados também projetos específicos para o Nordeste, o Centro-Oeste e o Sul, visando ao desenvolvimento das atividades de pós-graduação nessas regiões, procurando com isso criar um quadro mais equilibrado entre as diversas regiões do país. Esses projetos regionais perseguem um duplo objetivo: incrementar a qualificação do corpo docente das Instituições de Ensino Superior valendo-se, especialmente, de formas apropriadas de cooperação inter-institucional; e estimular o surgimento de novos cursos de pós-graduação de boa qualidade e de interesse regional. A ênfase desses programas

regionais não deve ser a de apenas formar recursos humanos altamente qualificados, mas também de desenvolver ações concretas visando dar condições de trabalho para que esses quadros se fixem produtivamente nas instituições de suas regiões.

2. Um dos êxitos da pós-graduação nacional deve-se ao sistema de avaliação dos programas, que foi elaborado a partir da metade da década de 1970. Trata-se de um sistema altamente legítimo, porque apesar de ser sustentado pela CAPES, é conduzido por comitês coordenados pelos próprios pares das respectivas áreas do conhecimento. Tem sido uma preocupação da CAPES rever e aperfeiçoar continuamente este processo de avaliação, que tem desempenhado um papel importante no próprio processo de implantação e criação da pós-graduação.

Devemos reconhecer que a qualificação formal dos docentes da pós-graduação que era uma meta há dez anos, atualmente, está praticamente atingida, uma vez que 87% dos docentes permanentes são doutores. Em algumas áreas, a totalidade do corpo docente é constituída por professores doutores. Entretanto em vez de nos contentarmos com um processo que verifica, diga-se de passagem, de forma competente, o cumprimento, por parte dos programas, de certos requisitos de qualidade acadêmica, precisamos fazer um pouco mais. Necessitamos introduzir na avaliação um elemento mais visível de aferição de um padrão de maior qualidade. Nesse sentido, devemos pleitear uma aproximação com os padrões de excelência internacional para aferir o desempenho de nossa pós-graduação, incorporando, em algumas áreas, nos comitês de avaliação, a participação de consultores externos. Dessa forma, sem desmontar o sistema atual, pelo contrário, a preocupação é aperfeiçoá-lo, pretendemos contar, nas próximas avaliações, sempre que for pertinente, com a colaboração de especialistas estrangeiros para avaliar determinadas áreas que já alcançaram a consolidação desejada e que, por seu próprio desenvolvimento, se aproximam fortemente dos padrões internacionais de qualidade acadêmica.

3. O sistema nacional de pós-graduação desenvolveu-se voltado basicamente para a formação de

quadros acadêmicos. Na verdade, a ênfase na formação acadêmica foi formalmente assumida pelo I PNPG, o qual assinalava que: “O ensino superior é um setor de formação de recursos humanos para os demais níveis de ensino e para a sociedade; os cursos de pós-graduação, no sentido estrito - mestrado e doutorado- devem ser regularmente dirigidos para a formação de recursos humanos para o próprio ensino superior”.

Essa posição expressava a opção por uma estratégia adequada naquele momento, de se concentrar os investimentos públicos na qualificação dos docentes, que respondem pela formação de uma ampla gama de profissionais requeridos pela sociedade. Os resultados alcançados na melhoria da qualificação docente confirmam a adequação daquela decisão. Além disso, esta deve se manter como uma prioridade, uma vez que a qualificação dos docentes das IES continua muito aquém do desejável.

No entanto, as profundas transformações econômico-sociais experimentadas pela sociedade brasileira nas últimas décadas, processo este que tem implicado sensível expansão e diferenciação do sistema produtivo e da estrutura de empregos, têm também acarretado o surgimento de novas demandas de formação de profissionais de alto nível que não irão, necessariamente, atuar na vida acadêmica.

Torna-se necessário, portanto, flexibilizar o modelo de pós-graduação *strito-sensu*, especialmente no mestrado, para atender a novas demandas surgidas no mercado extra-acadêmico. Aliás, deve-se registrar que essa disposição já estava ressaltada no texto do II PNPG, quando se destacava o propósito de “buscar modalidades de mestrado e doutorado com características diferentes e incentivar o sistema a melhor se dimensionar, tendo em vista as especificidades de cada área do conhecimento, os tipos de qualificação requeridos e as necessidades nacionais e regionais... Será implementada, simultaneamente, a abertura gradativa do leque de opções de cursos de pós-graduação, com alternativas cujo perfil se ajuste mais às qualificações exigidas pelas diferentes práticas profissionais, incluídas as docentes”. Nesse sentido, além de manter e de buscar o

aperfeiçoamento contínuo da pós-graduação acadêmica, buscaremos incentivar a implantação de programas de mestrado dirigidos à formação de profissionais para áreas do conhecimento que estejam interessadas nesta modalidade de pós-graduação. Na verdade, estamos procurando ativar um grau de liberdade que estava implícito, porém inexplorado, na própria estrutura do sistema de pós-graduação. Essa nova modalidade será dirigida a aqueles que não pretendem se dedicar à carreira acadêmica e que desejam aprofundar a formação recebida nos cursos de graduação. Para tanto, inicialmente, uma comissão de consultores será incumbida da formulação de um conjunto de recomendações.

4. Procuraremos, também, intensificar a cooperação internacional, sempre objetivando a articulação entre grupos universitários brasileiros e de determinados países, em torno de projetos comuns de pesquisa. Isso nos parece fundamental, pois trata-se de uma forma de qualificar as universidades brasileiras, de formar recursos humanos de elevado padrão acadêmico e de consolidar a pesquisa no Brasil. Iremos intensificar a discussão com os parceiros em programas já existentes como a França, - o nosso maior parceiro -, a Inglaterra, a Alemanha e Portugal. Procuraremos, também, estabelecer acordos com outros países, tais como a Espanha e os países do Mercosul. Pretendemos, ainda, abrir canais mais institucionalizados e bilaterais de cooperação com a Comunidade Européia. Com relação ao Mercosul, a CAPES pretende explorar as possibilidades de cooperação bilaterais, enfatizando o intercâmbio entre pesquisadores e estudantes, defendendo uma política de fortalecimento de centros de excelência capazes de nuclear cooperação acadêmica de alto nível e a formação de recursos humanos em programas de pós-graduação regional.

É uma diretriz de fomento no campo da cooperação internacional a simplificação dos procedimentos de implementação dos projetos aprovados, descentralizando a execução, valorizando os coordenadores de projetos e desburocratizando o uso dos recursos.

5. No momento em que se aprofunda a discussão do papel e da especificidade da pós-graduação no Brasil, consideramos de fundamental importância

avaliar, a partir da realização de estudos específicos, os resultados de determinados programas conduzidos pela CAPES. Esta iniciativa visa identificar a produtividade desses programas, seus eventuais problemas de funcionamento e propor, em tempo hábil, correções para os mesmos. Inicialmente, será avaliado, em escala nacional e por grandes áreas do conhecimento, o programa de bolsas de mestrado e de doutorado no país. Com esta avaliação pretendemos produzir um conjunto de informações sistemáticas sobre certas dimensões sociais e acadêmicas dos bolsistas, bem como sobre os possíveis efeitos das bolsas de estudo no tempo despendido para a obtenção da titulação e na produtividade acadêmica, comparando-os com os dados de alunos não-bolsistas. Busca-se, também, produzir informações sobre as condições oferecidas pelos programas para o desenvolvimento do trabalho acadêmico dos discentes, assim como revisar os critérios de concessão de bolsas de mestrado e de doutorado no país adotados pelos diferentes programas. Só uma revisão destes critérios e a valorização da produtividade como elemento chave na distribuição de bolsas, aliada a um paulatino incremento do volume de bolsas do sistema, é que poderá viabilizar a continuidade e a expansão do sistema. Por ano são recomendados pelo GTC cerca de oitenta novos cursos de mestrado ou doutorado.

O programa de bolsa no exterior também passará por um processo de avaliação. Para tanto, será realizado um estudo sobre o retorno de ex-bolsistas do exterior, buscando produzir um conjunto de dados que possibilite conhecer a porcentagem de bolsistas que completaram com êxito seu treinamento no exterior, isto é, obtiveram a sua titulação e que retornaram para o país. Busca-se, ainda, produzir informações sobre onde estão e o que fazem atualmente estes ex-bolsistas, procurando identificar a contribuição que a sua estada no exterior trouxe para o desenvolvimento do país.

Certamente, o produto desses estudos avaliativos servirá como subsídios para a formulação de macropolíticas, visando a uma maior produtividade do processo de concessão de bolsas, tanto no país como no exterior.

6. Procuraremos dar continuidade e fortalecer com novos benefícios determinados programas que, embora tenham uma dimensão modesta quando com-

parados, por exemplo, com o programa de bolsas, têm apresentado bons resultados e possuem um potencial que pode ser largamente otimizado, tal como acontece com o “Programa de Apoio à Pós-Graduação Lato-Sensu” e o “Programa Especial de Treinamento” (PET). Deve-se ressaltar que este programa constitui uma das formas com que a CAPES tem se articulado de maneira positiva com os cursos de graduação, buscando a sua melhoria, razão pela qual devemos estar continuamente atentos para reavaliar o seu efetivo impacto acadêmico nas instituições que dele têm se utilizado. A melhoria da graduação, no entanto, requer ações mais fortes e duradouras. Pensando nisso e consciente de que é preciso fortalecer a articulação entre pós-graduação e graduação é que a CAPES lançou o Proin – Programa de Apoio à Integração Graduação e Pós-graduação. Este é um programa de estímulo direto à melhoria das condições de oferta das disciplinas básicas dos cursos de graduação.

Um outro programa que continuará recebendo apoio da CAPES é o de “Aperfeiçoamento de Professores do 2º Grau”, que será redesenhado e desenvolvido em articulação com a Secretaria de Educação Média e Tecnológica e as Secretarias Estaduais de Educação. O importante a ser destacado neste último programa é a disposição da CAPES de contribuir também para a formação de recursos humanos para setores não acadêmicos.

Ao mesmo tempo em que estes e outros programas terão a sua continuidade assegurada, a CAPES não pode deixar de se preocupar com a formação de recursos humanos e a capacitação técnica em áreas cruciais para o desenvolvimento do país. Nesse sentido, será lançado “Programa de Formação de Recursos Humanos e Apoio à Reforma do Estado”. Na medida em que a reforma do Estado ocupa um lugar destacado na agenda nacional, este programa será concebido com vistas a incentivar a formação de quadros com um leque amplo de competências, capacitados para atuar nas complexas e múltiplas tarefas envolvidas na modernização estatal. Ele objetiva, também, propiciar condições para o aprofundamento do debate sobre os vários aspectos referentes à reforma do Estado, por meio do confronto de experiências concretas com uma reflexão

crítica e sistemática que vem sendo produzida sobre os temas que envolvem esse processo. Por meio de apoio institucional, a CAPES procurará estimular a criação ou a ampliação da capacidade dos centros de pós-graduação existentes, na formação de especialistas nos vários temas relacionados à reforma do Estado. Do mesmo modo, a CAPES associa-se à Finep e à Sesu no apoio a um programa de modernização do ensino de engenharia em todo o país. Associa-se ao Inmetro na condução de um programa de formação de recursos humanos para a área de metrologia e certificação de qualidade. Outra linha de atuação nesse campo trata da qualificação técnica para o controle, a avaliação e o monitoramento ambiental, programa que também deve envolver a Secretaria de Educação Média e Tecnológica, além do Ministério do Meio Ambiente.

7. Desejamos também rediscutir, no âmbito do Grupo Técnico Consultivo (GTC), que é a instância responsável pela recomendação dos cursos para os benefícios do sistema de fomento, tanto de bolsas quanto de apoio à infra-estrutura, os critérios que devem orientar um melhor tratamento e análise dos pedidos a ele encaminhados. Estamos preocupados em orientar melhor a própria expansão do sistema nacional de pós-graduação. Nesse sentido, pretendemos incluir no GTC representantes das fundações estaduais de amparo à pesquisa, para rediscutir os critérios para o credenciamento de novos cursos de pós-graduação.

8. O Programa de fomento da CAPES, que foi praticamente extinto nos últimos anos, vem sendo recomposto gradativamente. Atualmente, o programa de bolsas consome 85,6% da dotação orçamentária da CAPES, ao passo que o apoio de fomento representa 10,4%. Com estes recursos a CAPES pretende desenvolver programas de impacto nacional na qualificação dos sistemas de ensino superior e médio e promover a capacitação tecnológica em áreas deficitárias e cruciais para o desenvolvimento do país. O restante é consumido pelo PADCT (0,7%), avaliação (0,5%), administração (2,3%), e outras despesas (0,5%). Na medida em que os cursos de pós-graduação vêm enfrentando sérios problemas de infra-estrutura, pretendemos ampliar os valores destinados a esse tipo de apoio que é também fundamental para a consolidação do sistema nacional de pós-graduação.

9. Dadas as dimensões dos desafios a serem enfrentados, visando o aprimoramento e o desenvolvimento do sistema nacional de pós-graduação, procuraremos compatibilizar uma maior interação e cooperação com outras agências de fomento. Nesse sentido, estando atentos às especificidades e às finalidades das agências, buscaremos intensificar algumas ações conjuntas com o CNPq e a Finep no enfrentamento de determinados problemas em que elas fazem interface.

OPINIÃO

O PET E A FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS ACADÊMICAS E PROFISSIONAIS

Três objetivos orientaram a implantação da pós-graduação no Brasil, de acordo com o parecer 977/65 da Cesu do Conselho Federal de Educação: a formação de professorado competente para atendimento com qualidade à expansão do ensino superior, a preparação de pesquisadores e o conseqüente desenvolvimento da pesquisa científica, o treinamento de técnicos para apoiar o desenvolvimento da pesquisa científica, e o treinamento de técnicos para apoiar o desenvolvimento em todos os setores. É comum escutar relatos de que a educação superior no Brasil ainda é predominantemente baseada na memorização passiva de fatos e informações pelos alunos, condicionando-os a uma aprendizagem tecnicista, pouco crítica e de baixo compromisso social em suas áreas profissionais. Um diagnóstico abrangente dessa situação deve necessariamente focar o professor e o processo de sua formação como um dos possíveis fatores causais. Na área médica, por exemplo, poucos docentes foram adequadamente preparados para o exercício *profissional* da função de educador. Embora tenham sido criados muitos cursos de mestrado e doutorado no Brasil ao longo das duas últimas décadas, acredito que eles deram uma contribuição marginal à formação de *educadores* para as nossas Instituições de Ensino Superior (IES).

A integração das ações de ensino, pesquisa e extensão nas IES ainda tem ocorrido de forma incipiente, e a estrutura dos cursos brasileiros de pós-graduação, com exceções, parece referendar a perspectiva separatista entre as três áreas. Se é verdade que a demanda por cursos de pós-graduação no Brasil ainda é dominada por atuais ou futuros docentes das IES, cabe então questionar porque os cursos de pós-graduação têm se concen-

trado quase que exclusivamente na produção científica. A virtude está apenas na pesquisa? Ou se está trabalhando com o pressuposto de que os pós-graduandos já dominam suficientemente a maestria da comunicação pedagógica? Como aceitar que apenas uma disciplina com temas de didática, que despreza a vivência supervisionada de atividades de ensino dos pós-graduandos e é ministrada de forma estanque e teórica, possa qualificar eficazmente os futuros mestres ou educadores das IES?

Um outro problema crônico dos cursos de pós-graduação, que limita a produção científica, tem preocupado as instituições de fomento à pós-graduação: o represamento dos alunos no momento da elaboração do produto final dos cursos, a dissertação de mestrado ou a tese de doutorado. As soluções para os problemas levantados são complexas e implicariam mudanças substantivas na estrutura dos cursos de pós-graduação. Uma solução indireta, que não impõe alterações imediatas na estrutura formal dos cursos, vem sendo adotada pela CAPES e pelo CNPq: qualificar precocemente os futuros alunos da pós-graduação, modelando-os de acordo com o propósito principal de cada agência.

Na área da pesquisa científica, o CNPq implantou o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), e numa perspectiva mais abrangente (envolvendo pesquisa, ensino e extensão) a CAPES tem investido, mais intensamente a partir de 1991, no Programa Especial de Treinamento (PET). Uma diferença fundamental, do ponto de vista operacional, entre as propostas do Pibic e do PET está configurada na adoção do modelo tutorial de aprendizagem e na ênfase da atuação coletiva pelo PET, gerando uma rica aprendizagem interpessoal. Um

* Professor livre-docente do Departamento de Clínica Médica da UFU e ex-coordenador da área de Ciências da Saúde do PET/CAPES, atualmente fazendo pós-doutorado no Royal London Homoeopathic Hospital – UK

grupo tutorial caracteriza-se pela presença de um tutor com a missão de estimular a *aprendizagem ativa* dos seus membros, por meio de vivências, reflexões e discussões, num clima de informalidade e cooperação. A aplicação correta do método tutorial, sob a responsabilidade de tutores qualificados, permite o desenvolvimento de habilidades de resolução de problemas e pensamento crítico entre os alunos e facilita uma melhor localização do aprendiz em sua relação com o mundo. Como orientador de bolsistas do Pibic, creio que o CNPq poderia introduzir novos modelos de iniciação científica dentro de uma perspectiva tutorial. Liderados por pesquisadores experientes e dispostos a *formar*, do ponto de vista metodológico e ético, estudantes de graduação interessados em pesquisar, os grupos tutoriais de iniciação científica poderiam propiciar uma experiência mais continuada e abrangente de pesquisa científica.

O PET diferencia-se de outros programas dirigidos a alunos de graduação pela busca de uma formação acadêmica ampla (evitando a especialização precoce e o aprofundamento num problema específico), ênfase na interdisciplinaridade, necessidade de uma atuação coletiva e do trabalho em equipe, interação contínua dos bolsistas com os colegas e o corpo docente e planejamento e execução de um programa diversificado de atividades nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. A proposta do PET, se cumprida adequadamente, complementa a perspectiva convencional de educação e ajuda os estudantes a se tornarem cada vez mais independentes em relação à administração de suas necessidades de aprendizagem. Valorizando a interdisciplinaridade, aponta para o futuro, que exige cada vez mais a união de esforços de profissionais de diferentes áreas para a geração de novos conhecimentos e tecnologias. Ao estimular a atuação coletiva, instrumentaliza os bolsistas para a participação futura de trabalhos com outros profissionais, com a exigência de domínio do idioma estrangeiro (em geral inglês), de recursos de informática e de comunicação oral e escrita em português. Prepara um futuro comunicador e formador de opinião em sua área profissional, sintonizado com as mudanças globais.

Vários pontos são críticos para o sucesso dos grupos tutoriais PET. O principal é a escolha de um tutor com perfil adequado para guiar o grupo, permitindo um crescimento orientado e adequado às necessidades do grupo como um todo e de cada um em particular. Poucos professores estão familiarizados com a aplicação do método tutorial, e podem reproduzir inconscientemente o modelo de ensino tradicional ao qual foram condicionados, com a única diferença de atuar com um pequeno grupo de alunos. Um segundo ponto crítico está representado pela seleção dos bolsistas, que devem agregar alunos com alto desempenho acadêmico e potencial de atuação como agentes de mudança em seus ambientes. Um terceiro ponto crítico situa-se no programa de estudos desenvolvido pelo grupo, que não pode se circunscrever às áreas de domínio intelectual do tutor.

Percebo o PET como um programa formador de cidadãos e futuros profissionais com vocação para exercer funções de liderança na sociedade, o que extrapola sua intenção original de formar massa crítica para a reposição de quadros pós-graduados do sistema de ensino superior brasileiro. Como tutor, há três anos, de um grupo PET num curso de medicina, sinto que essa tem sido uma das experiências mais desafiantes, enriquecedoras e gratificantes em mais de vinte anos de docência universitária. Os grupos PETs têm colaborado para quebrar a inércia acadêmica, como bem evidenciam algumas ações de resistência interna em vários cursos onde foram implantados. A argumentação de que o PET privilegia apenas alguns alunos, quando deveria ser oferecido a todos, nega a diferença entre as pessoas e a necessidade de selecionar e qualificar os mais aptos (e dispostos) para a liderança de ações na sociedade. Que bom seria se todo curso de graduação fosse um grande grupo PET, dinâmico, cooperativo, interdisciplinar, imaginativo, pensante, que resolvesse construtivamente seus conflitos e enfatizasse a aprendizagem ativa e a abertura a inovações...

Os grupos PETs, por meio de uma atuação coletiva ou individual, têm um compromisso de estimular a melhoria do ensino de graduação nos cursos onde estão implantados. Ações como edição de informativos para a comunidade do curso, docência de minicursos sobre temas relevantes (ex.: leitura crítica

de artigos científicos, avaliação do desempenho do aluno), promoção de eventos científicos ou de temas político-sociais, criação de grupos abertos de estudos orientados por professores ou profissionais em áreas pouco exploradas no currículo formal, atuação direta junto a professores no sentido de mudanças na forma como a disciplina está sendo oferecida ou na avaliação dos alunos, participação em comissões de reforma curricular, procura espontânea de colegas para orientação em trabalhos acadêmicos pelos bolsistas, entre outras, representam indícios de uma influência positiva dos grupos na melhoria dos cursos de graduação onde estão inseridos.

Nesse momento, é fundamental que se busque objetivar o alcance das ações desenvolvidas pelo programa ao longo do tempo, em particular por meio da realização de estudos avaliativos prospectivos que forneçam evidências válidas da eficácia e da utilidade do PET no contexto da formação de profissionais melhor preparados para o desenvolvimento de estudos de pós-graduação *stricto sensu* e capacitados para o exercício de atos de liderança em suas respectivas áreas profissionais. Adicionalmente, devem ser identificados os efeitos líquidos resultantes da exposição de alunos destacados ao conjunto de atividades do programa, comparando-os com outros alunos de desempenho semelhante que não participaram do PET. Por fim, creio ser central a avaliação da real contribuição dos grupos à melhoria do ensino de graduação na instituição-sede, refletindo uma postura cooperativa e solidária dos grupos que se contrapõe fortemente à tendência individualista e competitiva que impera nas IES. Será que os

grupos PETs, corretamente tutorados, podem se constituir no embrião de futuras mudanças nos valores e práticas das IES, mais condizentes com uma postura de amor, tolerância e crítica construtiva? Em que medida ex-bolsistas do PET, engajados em cursos de pós-graduação ou atuando como professores em IES, se diferenciam como lideranças positivas de colegas que não foram expostos ao programa? É viável a adoção do modelo tutorial na estrutura de alguns cursos de pós-graduação (particularmente na área de ciências da saúde), complementada pela colaboração de outros professores, visando ao atendimento das necessidades de formação dos alunos nas três áreas-afins da universidade?

O PET é ainda uma jovem árvore, entusiasmada com seus quase 15 anos de vida, que precisa ser cuidada com muita atenção pela promessa de esperança que abriga em suas sementes. Intermediando entre os níveis de graduação e de pós-graduação, pode se constituir na ponte para a introdução de efetivas mudanças na educação superior brasileira. Como diz o cançãoeiro popular, “quem sabe faz a hora, não espera acontecer”, creio que é chegada a hora de um amplo esforço da comunidade acadêmica envolvida com a educação superior brasileira no sentido de avaliar o PET em sua plenitude e assim definir o papel que desempenha ou pode vir a melhor desempenhar na qualificação dos recursos humanos educacionais no país e na formação de lideranças, participando do processo de desenvolvimento nacional.

INFORMES CAPES

▣ A NOVA DIRETORIA DA CAPES

PRESIDENTE: Abilio Afonso Baeta Neves

É graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e doutor em Ciências Políticas pela Universidade de Munster – Alemanha Ocidental. Membro da diretoria da SBPC, foi coordenador do Curso de Pós-Graduação em Antropologia, Ciência Política e Sociologia da UFRGS e exerceu, dentre outras, as funções de pró-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e diretor-presidente da Fundação de Amparo e Pesquisa do Rio Grande do Sul.

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO: José Roberto Alves Corrêa

É graduado em Administração de Empresas e Ciências Contábeis, pós-graduado em Administração Financeira e Orçamentária e Elaboração, Análise e Avaliação de Projetos (*lato sensu*). No setor público atuou nos seguintes cargos: chefe de gabinete da Campanha Nacional de Alimentação Escolar / CNAE, nos anos 1979 e 1980. Entre os anos de 1980 e 1981 exerceu vários cargos no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq, dentre eles o de superintendente de administração, de planejamento e gerente de operações. De 1991 a 1992 foi diretor de administração e finanças do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama. Já exerceu o cargo de diretor de administração da CAPES na gestão anterior.

DIRETOR DE AVALIAÇÃO: Darcy Dillenburg

É professor titular do Instituto de Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na qual obteve o doutorado em 1960. Suas publicações científicas situam-se nas áreas de física nuclear, teoria quântica de campos e física de plasmas. Na área de ad-

ministração acadêmica atuou como chefe do Departamento de Física, coordenador dos cursos de pós-graduação em física, presidente da Câmara Especial de pós-graduação e Pesquisa e Pró-reitor de Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

DIRETOR DE PROGRAMAS: Ricardo Chaves de Rezende Martins

É graduado em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, e mestre em Administração da Educação pela Fundação Getúlio Vargas/RJ. Na área acadêmica, atuou como professor nas seguintes instituições: Colégio Santo Inácio, Fundação Getúlio Vargas, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação de Jacobina, Universidade Católica de Brasília e na Universidade de Brasília – UnB. No setor público atuou como coordenador de avaliação da CAPES de 1985 a 1990, e em 1990 como coordenador geral de programas. No ano de 1991 ingressou no cargo de assessor legislativo da Câmara dos Deputados.

▣ INTERCÂMBIO DAAD/BRASIL

Celebrado em 09/06/69 entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha e de adendo formulado posteriormente com a CAPES e o CNPq. O intercâmbio funciona por meio de cofinanciamento equitativo entre ambas as partes.

O fluxo do intercâmbio pessoal de docentes e pesquisadores nos dois sentidos também tende a ser equitativo embora o contingente de brasileiros seja bem maior em programas de doutorado e especialização em universidades alemãs.

O programa tradicional do DAAD de bolsas de longa duração para doutorado na Alemanha, realizado em convênio com a CAPES e o CNPq, atualmente mantém 130 doutorandos.

O DAAD mantém um cadastro com mais de 1.200 nomes de ex-bolsistas que permite um contato continuado por meio do envio de publicações e informes e da promoção de seminários temáticos com a participação de ex-bolsistas.

O último seminário realizado em Mangaratiba buscou definir novos rumos para a política de intercâmbio entre Brasil e Alemanha e mostrou uma firme intenção das agências – CAPES e CNPq – de ampliar a cooperação, criando novos mecanismos de fomento.

Seguindo a política do MEC, onde o intercâmbio científico é um forte elo de interação no Mercosul, o DAAD iniciou um programa de fomento que permite a mobilidade de pesquisadores dentro dos diversos centros de excelência nos países-membros incluindo o Chile, visando ainda à formação de recursos humanos dentro desse bloco regional.

O DAAD pretende dar um suporte mais efetivo às 11 associações de ex-bolsistas na Alemanha. Está buscando facilitar reconhecimento de diplomas brasileiros por universidades alemãs por meio de iniciativas com o Conselho de Reitores das Universidades Alemãs.

Ele prevê ainda uma maior atuação conjunta com as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa e uma atuação junto as Escolas Técnicas Federais.

▣ **NOVO CONSELHO SUPERIOR**

O Conselho Superior é órgão decisório máximo da fundação, composto por sete membros natos, cinco membros escolhidos entre profissionais de reconhecida competência atuantes no ensino e na pesquisa, dois membros escolhidos entre lideranças do setor produtivo e um membro escolhido dentre os componentes do colegiado do Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação. O mandato dos membros do Conselho Superior é de dois anos, permitida a recondução.

Essa é a composição do atual Conselho Superior de acordo com a portaria do Ministro da Educação e do Desporto no Diário Oficial da União no dia 12 de junho.

Membros natos do Conselho Superior:

Presidente da CAPES
Secretário da SESU
Presidente do CNPq
Presidente da FINEP
Representante do MRE
Representante do MINC
Representante do CTC

Representantes do Setor Produtivo

Yvoncy Iochpe
Stefan Bogdan Salej

Representantes da Comunidade Acadêmica

Reinaldo Felipe Nery Guimarães
Francisco César Barreto
Vilmar Evangelista Faria
Eduardo Moacyr Krieger
Nilson Pinto de Oliveira

▣ **COOPERAÇÃO UNIVERSITÁRIA BRASIL-FRANÇA**

No período de 29 a 31 de maio de 1995, realizou-se em Brasília encontro entre representantes de 26 instituições brasileiras de ensino superior e 12 reitores de universidades francesas que teve por objetivo avaliar os resultados do 1º ano de funcionamento da Rede Franco-Brasileira Santos Dumont de Cooperação universitária.

As universidades integrantes da Rede Santos Dumont são:

BRASIL

Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
Fundação Universidade de Brasília – UnB

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
 Univ. Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
 Universidade Federal de São Carlos – UFSCar
 Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ
 Pontifícia Univ. Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS
 Universidade Federal de Viçosa – UFV
 Pontifícia Univ. Católica de São Paulo – PUC/SP
 Universidade de São Paulo – USP
 Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
 Univ. Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” – UNESP
 Univ. Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ
 Universidade Federal Fluminense – UFF
 Pontifícia Univ. Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ
 Universidade Federal de Santa Maria – UFSM
 Universidade Federal do Paraná – UFPR
 Escola Superior de Agricultura de Lavras – ESAL
 Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
 Universidade Federal da Paraíba – UFPB
 Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
 Universidade Federal da Bahia – UFBA
 Universidade Federal do Ceará – UFC
 Univ. Federal do Rio Grande do Norte– UFRN

FRANÇA

Université Sorbonne Nouvelle (Paris III)
 Université Denis Diderot (Paris III)
 Université de Vincennes (Paris VIII)
 Université de Nanterre (Paris X)
 Université Paris-Nord (Paris XIII)
 Université de Caen-Basse-Normandie
 Université Technologique de Compiègne
 Université Joseph Fourier (Grenoble I)
 Université Stendhal (Grenoble III)
 Université Lumière (Lyon II)
 Institut National des Sciences Appliquées de Lyon
 Université de Montpellier I
 Université Paul Valéry (Montpellier III)
 Université Henri Poincaré (Nancy I)
 Institut National Polytechnique de Nancy
 Université D’Orléans
 Universidade de Pointiers
 Universidade de Renner I

Universidade de Haute Bretagne (Rennes II)
 Ecole Nationale Supérieure Agronomique de Rennes
 Université Louis Pasteur (Strasbourg I)
 Université des Sciences Sociales (Toulouse I)
 Université Toulouse le Mirale (Toulouse II)
 Université Paul Sabatier (Toulouse III)
 Institut National Polytechnique de Toulouse
 Université des Sciences et Techniques du Languedoc
 (Montpellier II)

▣ NOVOS CURSOS DE MESTRADO E DOUTORADO

O Grupo Técnico Consultivo (GTC) recomendou, no primeiro semestre de 1995, 30 cursos de mestrados e 24 cursos de doutorado. A seguir, a lista dos novos cursos de mestrado e doutorado que passam a integrar o sistema nacional de pós-graduação, podendo contar com o apoio das agências de fomento e com o acompanhamento e a avaliação da CAPES.

Cursos recomendados na reunião de 12.04.95:

Biologia Parasitária / FIOCRUZ
 (Doutorado)
 Ciências Biológicas(Zoologia) / PUC/RS
 (Doutorado)
 Desenvolvimento Sust.Trópico Úmido / UFPA
 (Doutorado)
 Desenvolvimento Agrícola e Sociedade / UFRRJ
 (Doutorado)
 Física / UFSM
 (Mestrado)
 Engenharia Elétrica / EFEI
 (Doutorado)
 Engenharia Mecânica / UFPA
 (Mestrado)
 Engenharia Química / UFPE
 (Mestrado)
 Educação Física / UGF
 (Doutorado)
 Odontologia (Periodontia) / UNESP / Araraquara
 (Doutorado)
 Odontologia (Endodontia) / UFSC

(Mestrado)
Odontologia (Endodontia) / UNESP / Araraquara
(Doutorado)
Odontologia (Ortodontia) / UNESP / Araraquara
(Doutorado)
Odontologia (Cir. Traum. B. Max. Facial) /
FESP/UPE
(Mestrado)
Odontologia (Cir. Traum. B.M. Facial) / PUC/RS
(Doutorado)
Clínicas Odontológicas / UFRN
(Mestrado)
Zootecnia (Qual. Prod. Animal) / USP
(Mestrado)

Geografia / UFBA
(Mestrado)
Desenvolvimento Regional / UNISC
(Mestrado)
Geografia / UFG
(Mestrado)
Linguística / UFU
(Mestrado)
Radiologia Odontológica / UNICAMP
(Mestrado e Doutorado)
Tocoginecologia / FESP
(Mestrado)

Cursos recomendados na reunião de 22/06/95:

Administração / UFAL
(Mestrado)
Administração / UFPE
(Mestrado)
Anestesiologia / UNESP
(Mestrado e Doutorado)
Biologia Animal / UFRGS
(Mestrado)
Biologia (B. Nucleares) / UERJ
(Doutorado)
Bioquímica / UFC
(Doutorado)
Biotecnologia / UNESP / Araraquara

(Mestrado)
Comunicação Social / PUC/RS
(Mestrado)
Ciência e Tecnologia Farmacêutica / UFSM
(Mestrado)
Ciências Biológicas (Biologia Celular) / UNICAMP
(Doutorado)
Ciências Biológicas (Zoologia) / UFJF
(Mestrado)
Ciências Biológicas / UFPA
(Doutorado)
Ciência da Informação e Documentação / USP
(Mestrado e Doutorado)
Filosofia / UFGO
(Mestrado)
Enfermagem / UFMG
(Mestrado)
Educação / UNISINOS
(Mestrado)
Educação / UFF
(Doutorado)
Ecologia / USP
(Doutorado)
Ecologia de Ambientes Aquáticos e Continentais /
UEM
(Doutorado)
História / UnB
(Doutorado)
Letras (Est. Comp. de Lit. e Ling. Portuguesa) /
USP
(Mestrado e Doutorado)
Medicina (Otorrinolaringologia) / FCMSCSP
(Mestrado e Doutorado)
Microbiologia / UERJ
(Mestrado)
Meio Ambiente e Desenvolvimento / UFPR
(Doutorado)
Morfologia / UERJ
(Mestrado)
Saúde Coletiva / FUEL
(Mestrado)

MERCADO DE TRABALHO

BOLSISTAS NO EXTERIOR, SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO, QUE DEVERÃO CONCLUIR O CURSO ATÉ DEZEMBRO DE 1995

OFERTA

☑ CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA

Adriana Lopes Dias

Carleton University

Área/Nível: **Ciência da Computação** /Doutorado

Previsão de conclusão: dezembro/95

Tese: “Um ambiente reflexivo orientado a objetos para simulação de algoritmos distribuídos”.

Endereço: 2 Bertona Street Unit, 4

Nepean, Ontario – K2G OW2 – Canadá

Maria do Carmo Alves Lima

École Sup. de Physique et Chimie Industrielle Ville Paris

Área/Nível: **Química Orgânica** /Doutorado

Previsão de conclusão: dezembro/95

Tese: “Synthese asymetrique d’alcaloides d’intéret thérapeutique”

Endereço: CIUP Fondation Franco-Brasilienne 7 (L), Boulevard Jourdan – CH. 409

Paris – 75014 – France

☑ CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Ricardo Lima Alves

Eberhard-Karls-Universität Tübingen

Área/Nível: **Epidemiologia**/Doutorado

Previsão de conclusão: dezembro/95

Tese: “Caracterização do ciclo replicativo do vírus da hepatite A *in vivo*”

Endereço: Ursrainerring, 63

Tübingen – 72076 – Alemanha

☑ ENGENHARIAS

Marcello Luiz Rodrigues de Campos

University of Victoria

Área/Nível: **Circuitos Elétricos, Magnéticos e Eletrônicos**/Doutorado

Previsão de conclusão: dezembro/95

Tese: “Nonlinear adaptative filtering”

Endereço: 414-1350 Stanley Ave.

Victoria, B.C. – V8S 3S7 – Canadá

Sergio Lima Netto

University of Victoria

Área/Nível: **Circuitos Elétricos, Magnéticos e Eletrônicos**/Doutorado

Previsão de conclusão: dezembro/95

Tese: “Processamento adaptativo de sinais aplicados à imagem”

Endereço: 406-1350 Stanley Ave,

Victoria, B.C. – V8S 3S7 – Canadá

Paulo Celso Greco Junior

University of Kansas

Área/Nível: **Dinâmica de Vôo** /Doutorado

Previsão de conclusão: dezembro/95

Tese: “Limit cycle oscillations at transonic speeds”

Endereço: 2348 Murphy Dr – Apt. 2

Lawrence, KS – 66046-3951 – Estados Unidos

☑ CIÊNCIAS DA SAÚDE

Maria Luiza Garcia Rosa

University of Montreal

Área/Nível: **Saúde Pública** /Doutorado

Previsão de conclusão: dezembro/95

Tese: “Fatores explicativos da mortalidade perinatal potencialmente evitável em cinturões de pobreza. O estudo do caso de Duque de Caxias”

Endereço: 2004, ST. Laurent Ap. 200

Montreal (Quebec) – H2X 2T2 – Canadá

☑ **CIÊNCIAS AGRÁRIAS**

Renato Marques

École Nationale de Genie Rural Des Eaux Et Des Forets

Área/Nível: **Ambiência** /Doutorado

Previsão de conclusão: dezembro/95

Tese: “Dinâmica de nutrientes em florestas de douglasfir (*Pseudotsuga Menziesii* Mirb. Franco), nos Montes do Beaujolais (França), a partir de uma cronosequência de povoamentos”

Endereço: Inra – Centre de Recherches Forestieres Station Sol. Microbiologie Champenoux – 54280 – France

☑ **CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

André Luiz Rossi de Oliveira

University of Illinois at Urbana

Área/Nível: **Teoria Econômica** / Doutorado

Previsão de conclusão: dezembro/95

Tese: “Área de equilíbrio bayesiano em jogos não-cooperativos e suas aplicações a leilões e *design* de mecanismos em geral”

Endereço: 703 East Colorado – Ap. 307 Urbana, IL – 61801 – Estados Unidos

Eduardo Pontual Ribeiro

University of Illinois at Urbana

Área/Nível: **Métodos Quantitativos em Economia** / Doutorado

Previsão de conclusão: dezembro/95

Tese: “Regressões quantílicas e os efeitos do imposto de renda pessoa física na oferta de trabalho no Brasil”

Endereço: 505 W. Springfield, Ap. 12 Urbana, IL – 61801 – Estados Unidos

Helcio Tokeshi

University of California at Berkeley

Área/Nível: **Macroeconomia**/ Doutorado

Previsão de conclusão: dezembro/95

Endereço: 949, 9TH Street

Albany, CA – 94710 – Estados Unidos

Ana Cristina Paulo Pereira

Université Pantheon-Sorbonne – Paris I

Área/Nível: **Direitos Especiais**

Previsão de conclusão: dezembro/95

Tese: “Le cadre juridique des relations commerciales internationales des Etat Membres du Mercosur”

Endereço: Fondation Franco-Bresilienne 7 (L), Boulevard Jourdan Paris – 75014 – France

Dora Maria Pagano Gasperini

Université de Paris-Nord – Paris XIII

Área/Nível: **Economia**/ Doutorado

Previsão de conclusão: dezembro/95

Tese: “Crise e reinserção do Brasil no novo ciclo do comércio internacional”

Endereço: Residence Anthony Queijo 12, Allée Alphonse Daudet Villejuif – 94800 – France

Antonio Jucá Filho

University College London (U. London)

Área/Nível: **Arquitetura e Urbanismo** / Doutorado

Previsão de conclusão: dezembro/95

Tese: “The building materials industry and the housebuilding activity in Brazil”

Endereço: 61, Salisbury Road Hsrpendn, Herts – Grã-Bretanha

☑ **CIÊNCIAS HUMANAS**

Tania Cristina Rivera

Université Catholique de Louvain

Área/Nível: **Tratamento e Prevenção Psicológica**/Doutorado

Previsão de conclusão: dezembro/95

Tese: “La “perte de réalité”et le statut de la réalité dans l’oeuvre”

Endereço: Place Des Giroffles, 4/001 Louvain-la-Neuve – 1348 – Bélgica

Marcio Zikan Cardoso

University of Texas At Austin

Área/Nível: **Ecologia**/ Doutorado

Previsão de conclusão: dezembro/95

Tese: “Alimentação de adultos de *Heliconius* em pólen e sua influência na escolha de planta hospedeira, palatabilidade e seu impacto na história de vida de *Heliconius*”

Endereço: 1632 W 6TH, ST – Ap. D

Austin, Texas – 78703 – Estados Unidos

Paulo Roberto de Carvalho Alcântara

Vanderbilt University

Área/Nível: **Educação Especial** /Doutorado

Previsão de conclusão: dezembro/95

Tese: “VÍdeo – Based anchored instruction *versus in vivo*. Instruction on independent job performance of students with disabilities.”

Endereço: Peabody College Boxe Ap. 371.

Nashville, TN – 37203 USA

Endereço: A/C João José de Carvalho Alcântara

Fada Piedade – Caixa Postal 154

12280-00 Caçapava – SP

Carlos Alberto Etecheva

Museum National D’Histoire Naturelle

Área/Nível: **Arqueologia História** / Doutorado

Previsão de conclusão: dezembro/95

Tese: “L’occupation humaine Pre-Historique du Cours Moyen du Fleuve São Francisco”

Endereço: Chez Adamon 42, Rue Olivier de Serres

Paris – 75015 – France

Claudio Antonio Santos Monteiro

Université de Pantheon Sorbonne Paris IV

Área/Nível: **História do Brasil** / Doutorado

Previsão de conclusão: dezembro/95

Tese: “Imagem francesa da 1ª República no Brasil – Relação Brasil-França”

Endereço: 297, Rue de Pyrenées

Paris – 75020 – France

☒ LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES

Paulo Cesar Martins Rabelo

Ohio State University

Área/Nível: **Música** / Doutorado

Previsão de conclusão: dezembro/95

Tese: “A música brasileira para violoncelo”

Endereço: 503 Mahoning court

Columbus – OH-43210 – Estados Unidos

Flávia Cristina de Souza Nascimento

Université de Paris – Nanterre – Paris X

Área/Nível: **Literaturas Estrangeiras Modernas** / Doutorado

Previsão de conclusão: dezembro/95

Tese: “Representações literárias da Paris dos anos vinte”

Endereço: 9, Rue Falguiere

Paris – 75015 – France

Joana D’Arc Carvalho França

Université de Paris – Vincennes – Paris VIII

Área/Nível: **Linguística** / Doutorado

Previsão de conclusão: dezembro/95

Tese: “Les relations de prédication en Portugais du Brésil et dans d’autres langues”

Endereço: 14, Rue D’Oran

Paris – 75018 – France

DEMANDA

☒ ADMINISTRAÇÃO DE BIBLIOTECAS

Instituição: Universidade Federal da Paraíba

Classe: Professor Assistente

Vagas: 02

Informações: UFPB – Campus Universitário – 58051 – João Pessoa – PB

Fone: (083) 216-7200 R. 2264

☒ CONTROLE BIBLIOGRÁFICO DO REGISTRO DO CONHECIMENTO

Instituição: Universidade Federal da Paraíba

Classe: Professor Auxiliar

Vagas: 01

Informações: UFPB – Campus Universitário – 58051 – João Pessoa – PB

Fone: (083) 216-7200 R. 2264

☑ **TEORIA E PLANEJAMENTO DO TURISMO/ LAZER**

Instituição: ECA/Universidade de São Paulo
Informações: Av. Prof. Lucio Martins Rodrigues,
443 – 1º andar – sala c-12
São Paulo – SP

☑ **TURISMO**

Instituição: ECA/ Universidade de São Paulo
Classe: Professor Titular
Vagas: 01
Período de Inscrição: até dez./95
Informações: Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues,
443 – 1º andar – sala c-12
São Paulo – SP

☑ **INFORMAÇÃO E BIBLIOTECA**

Instituição: Universidade Federal da Paraíba
Classe: Professor Assistente
Vagas: 01
Informações: UFPB – Campus Universitário -
58051 – João Pessoa – PB
Fone: (083) 216-7200 R. 2264

☑ **INFORMAÇÃO E BIBLIOTECA**

Instituição: Universidade Federal da Paraíba
Classe: Professor Adjunto
Vagas : 02
Informações: UFPB – Campus Universitário –
58051 – João Pessoa – PB
Fone: (083) 2167200 R. 2264.

CAPES RESPONDE

“Solicito informações detalhadas sobre como são calculados os seguintes itens: fluxo de titulação, número de publicações resultantes das teses apresentadas, produtividade científica do programa (número de orientadores credenciados e de trabalhos publicados) e qual o peso que cada um destes itens tem na equação final que permite a avaliação dos cursos de Pós-Graduação”

A avaliação da CAPES não tem por base uma fórmula onde determinados itens de desempenho do curso entram com pesos diferenciados e a pontuação final é traduzida em conceitos. Tendo adotado, desde o início, o modelo de “revisão pelos pares”, cabe às comissões de cada área de conhecimento analisar todas as informações disponíveis sobre o curso e avaliar seu desempenho. Os avaliadores levam em conta um conjunto de critérios e parâmetros, definidos por grande área de conhecimento,

sobre o perfil esperado de um curso “A” (Ver INFOCAPES, Vol 2, nº 3, julho-setembro 1994, pp. 13-19). Entre os vários fatores considerados, podemos citar o volume e a qualidade da produção científica docente, a produtividade do curso em termos de número de mestres e doutores formados, a qualificação e a atuação no curso dos docentes permanentes. Que valor dar a cada um dos itens e como derivar o conceito final é responsabilidade, em última análise, da comissão que busca o consenso do grupo por meio da análise do conjunto de dados e da troca de opiniões.

Cabe à CAPES constituir comissões competentes e representativas das várias áreas, e de oferecer de forma organizada todas as informações disponíveis sobre os cursos.

“Gostaria de obter informações sobre bolsas de estudos para 3º grau no exterior”

A CAPES oferece bolsas de estudos no exterior unicamente em nível de Pós-Graduação, basicamente para doutorado, com prioridade para Doutorado Sandwich e Pós-Doutorado. Os estudos no exterior em nível de graduação geralmente são custeados por recursos próprios.

“Sou doutorando em Ciências da Educação na Universidade Católica de Córdoba. Solicito ajuda econômica para brasileiros que cursam Pós-Graduação no estrangeiro”

O programa de bolsas no exterior atende, também, a candidatos que já iniciaram cursos no exterior. O período de inscrição vai de setembro a novembro e os formulários podem ser solicitados, no caso de candidatos que residem em outro país, diretamente à Divisão de Bolsas no Exterior – CAPES – Esplanada dos Ministérios – bloco “L” – anexo I – 2º andar – 70.047-900 Brasília – DF.